



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA BACHARELADO – FAED

**PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À
SAÚDE DE CAMPO GRANDE - MS**

**HYGOR AUGUSTO PADILHA SAMPAIO
JOÃO PEDRO ALENCAR PATAY**

Campo Grande – MS

2026

**PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À
SAÚDE DE CAMPO GRANDE - MS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Educação Física como requisito
parcial para a obtenção do título de Bacharel
em Educação Física.

Professora: Profa Dra. Edineia Aparecida
Gomes Ribeiro

Campo Grande – MS

2026

Sumário

1. INTRODUÇÃO	4
1.1 OBJETIVOS	5
1.2 OBJETIVO GERAL	5
1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	5
2. REVISÃO DE LITERATURA	5
2.1 CONCEITOS E BASES TEÓRICAS DAS PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE	5
2.2 A POLÍTICA NACIONAL DE PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES E SUA INSERÇÃO NO SUS	6
ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO SUS	7
2.3 EVIDÊNCIAS CIENTÍFICAS, CRÍTICAS E DESAFIOS PARA A SUA IMPLEMENTAÇÃO	8
3. MÉTODOS	9
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	10
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	12
6. REFERÊNCIAS	14
7. APÊNDICE	16
8.1 PERFIL E ATUAÇÃO DA COORDENAÇÃO	16
8.2 IMPLEMENTAÇÃO DAS PIC'S NAS UBS	16
8.3 RECURSOS HUMANOS E CAPACITAÇÃO	17
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	17
QUESTIONÁRIO “PICS na Atenção Básica: atuação do profissional de Educação Física.”	18

1. INTRODUÇÃO

A saúde é um direito fundamental dos cidadãos, e a promoção da saúde é um desafio constante para os sistemas de saúde em todo o mundo. No Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS) busca promover a saúde e o bem-estar da população por meio de uma abordagem integral e multidisciplinar. Nesse contexto, as Práticas Integrativas e Complementares (PIC's) desempenham um papel importante na promoção da saúde e no cuidado integral aos usuários do SUS.

O estudo a seguir adota uma abordagem qualitativa, com o objetivo de explorar os desafios e as oportunidades na implementação do trabalho Interprofissional com PIC's na Atenção Primária a Saúde (APS) do SUS. Esse estudo se originou de uma pesquisa científica através do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC). As PIC's são práticas terapêuticas e tradicionais que buscam promover a saúde e o bem-estar por meio de abordagens holísticas e naturais. Desde 2006, as PIC's são reconhecidas pelo SUS e são oferecidas em diversas unidades de saúde em todo o país. No entanto, apesar de seu potencial, as PIC's ainda enfrentam desafios na sua implementação e disseminação nos serviços de saúde. Este artigo busca discutir a importância das PIC's na promoção da saúde e no cuidado integral aos usuários do SUS, bem como os desafios e oportunidades para a sua implementação e disseminação nos serviços de saúde. Além disso, apresenta os resultados de um estudo realizado em Pelotas, Rio Grande do Sul, que buscou identificar as PIC's oferecidas nas UBS e caracterizar os profissionais que as oferecem. Segundo as enfermeiras (MATOS et al., 2018), “as PIC mais abrangentes, conhecidas e utilizadas pela comunidade e por elas na APS eram: acupuntura, fitoterapia, homeopatia, cromoterapia, shiatsu, automassagem (Do-In) e yoga, sendo a acupuntura a mais referida. ”

A implementação das PIC's nos serviços de saúde é fundamental para promover a saúde e o bem-estar dos usuários do SUS. Segundo a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC, 2006), as PIC's são essenciais para a promoção da saúde e para a prevenção de doenças. De acordo com Reis, Esteves e Greco (2019), “A dificuldade está relacionada à falta de oportunidades de capacitação dos profissionais de saúde em PIC'S, muitos profissionais de saúde não recebem treinamento adequado em PIC'S durante a sua

educação formal e podem não ter acesso a oportunidades de treinamento nessas áreas ao longo de suas carreiras. ” Este estudo busca contribuir para a superação desses desafios e promover a implementação das PIC’s nos serviços de saúde.

Como as PIC’s são oferecidas nas UBS de Campo Grande - MS e quais os seus impactos, desafios e possibilidades na promoção da saúde sob a ótica do cuidado integral?

1.1 OBJETIVOS

1.2 OBJETIVO GERAL

Analisar as PIC’s oferecidas nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) de Campo Grande – MS, buscando compreender sua inserção no contexto da Atenção Primária à Saúde e sua contribuição para a promoção da saúde da população.

1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Identificar onde e como as PIC’s são ofertadas nas UBS do município, bem como caracterizar o perfil dos profissionais responsáveis pela sua aplicação.

Avaliar a atuação dos profissionais de educação física mediante as PIC’s nas UBS de Campo Grande – MS.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 CONCEITOS E BASES TEÓRICAS DAS PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE

As PIC’s são abordagens terapêuticas complementares ao modelo biomédico, focadas na prevenção, promoção e recuperação da saúde, por meio de recursos naturais, acolhimento, vínculo terapeuta–paciente e foco na integralidade do indivíduo (físico, emocional, social).

A Organização Mundial da Saúde as classifica como “Medicina Tradicional, Complementar e Integrativa (MTCI)”, reforçando sua amplitude e papel na promoção da saúde. Conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2023), cerca de 80% da população mundial utiliza algum tipo de medicina tradicional ou complementar como parte de seu cuidado em

saúde. Essas práticas são reconhecidas como parte do movimento global pela ampliação de abordagens baseadas no autocuidado e na valorização de saberes tradicionais.

Sua institucionalização no Brasil ocorreu em 2006 com a criação da PNPIC aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde. Inicialmente contemplava cinco práticas acupuntura, homeopatia, fitoterapia, antropologia e termalismo crescendo para 29 práticas em 2018, incluindo yoga, Reiki, aromaterapia, arteterapia, biodança, entre outras. A introdução das PIC's foi influenciada pela OMS desde os anos 1970. De acordo com o Ministério da Saúde, até 2023 mais de 8.000 unidades da Atenção Primária à Saúde ofertavam alguma modalidade de PIC, realizando mais de 2,5 milhões de atendimentos anuais. Em escala internacional, países como China, Índia e Coreia do Sul têm desenvolvido políticas de integração entre medicina tradicional e sistemas biomédicos modernos, obtendo resultados relevantes na prevenção de doenças e na redução de custos em saúde pública (WHO, 2023). Essas experiências reforçam a necessidade de fortalecer o papel das PIC's no SUS, promovendo capacitação, pesquisa e financiamento específico. Aguiar, Kanan e Masiero (2022) destacam ainda que, no Brasil, a distribuição dessas práticas é desigual com maior concentração nas regiões Sul e Sudeste, o que demonstra a necessidade de políticas regionais mais equitativas.

A partir dessa revisão, evidencia-se que as PIC's representam um instrumento valioso na consolidação de um modelo de atenção integral à saúde. Elas favorecem a autonomia do usuário, reduzem custos com medicação e fortalecem a promoção da saúde dentro da Atenção Primária. A expansão da oferta, acompanhada de formação profissional contínua e de estudos de avaliação de efetividade, é essencial para consolidar essas práticas como parte integrante e sustentável do SUS (BRASIL, 2023; WHO, 2023).

2.2 A POLÍTICA NACIONAL DE PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES E SUA INSERÇÃO NO SUS

A inserção das PICs no SUS teve início em 2006, quando a Política Nacional de PNPIC instituiu cinco práticas no sistema. Posteriormente, a Portaria de 2017 ampliou essa oferta ao incluir mais 14 modalidades, como meditação e yoga. Em março de 2018, outras 10 práticas foram incorporadas, totalizando 29 modalidades ofertadas pelo SUS, entre elas acupuntura, homeopatia, fitoterapia, medicina tradicional chinesa, antroposofia aplicada à saúde, termalismo social, arteterapia, ayurveda, biodança, dança circular, meditação, musicoterapia, naturopatia, osteopatia, quiropraxia, reiki, shantala, terapia comunitária integrativa, terapia de

florais, terapia de grupo, terapias manuais, técnicas de relaxamento, yoga, aromaterapia, constelação familiar, geoterapia e apiterapia.

A expansão dessas práticas ocorreu por meio de regulamentações federais, estaduais e municipais, incluindo os estados e municípios de Goiás e Goiânia. Atualmente, cerca de 54% dos municípios brasileiros ofertam PICs, com mais de 8.239 unidades de APS realizando aproximadamente 2 milhões de atendimentos por ano.

Diversos estudos destacam os benefícios das PICs na APS, entre eles a redução da medicalização e dos efeitos adversos de medicamentos, o empoderamento dos usuários e o estímulo ao autocuidado (TESSER; DALLEGRAEVE, 2020; TESSER; SOUSA, 2012). Além disso, essas práticas contribuem para a promoção da saúde mental, auxiliando no alívio de transtornos comuns, insônia e problemas psicossomáticos. Outro aspecto positivo é o baixo custo e a ausência de efeitos colaterais, bem como a valorização cultural e social por meio da integração de saberes tradicionais.

Na Atenção Primária à Saúde, as PICs também fortalecem os vínculos entre terapeutas e usuários, atendem casos leves e crônicos e complementam a racionalidade biomédica em aproximadamente 15% a 30% dos atendimentos nos quais os sintomas não respondem adequadamente às práticas tradicionais.

ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO SUS

A presença do profissional de Educação Física no SUS tem se expandido ao longo dos anos, especialmente no contexto da APS, que é tida como a principal porta de entrada do sistema. Nesse nível de atenção, suas ações estão diretamente relacionadas à promoção da saúde, à prevenção de agravos e ao estímulo à adoção de hábitos saudáveis, em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Atenção Básica, que orienta a organização das práticas de cuidado (BRASIL, 2017). A inserção desse profissional nas equipes multiprofissionais, como nos Núcleos Ampliados de Saúde da Família (NASF), possibilita uma abordagem mais abrangente do cuidado. De acordo com o Ministério da Saúde, o NASF tem como objetivo “ampliar a abrangência e a resolutividade das ações da atenção básica” (BRASIL, 2014, p. 7). Dessa forma, o profissional de Educação Física atua não apenas na prescrição de exercícios físicos, mas também no desenvolvimento de atividades educativas e coletivas considerando as necessidades e características do território e dos usuários atendidos.

No que se refere às PICs, sua atuação ganha ainda mais relevância. Essas práticas estão

alinhadas a uma perspectiva ampliada de saúde, que valoriza o cuidado integral e a interação entre aspectos físicos, mentais e sociais. Muitas PICs envolvem práticas corporais e atividades que dialogam diretamente com o campo da Educação Física, como exercícios de consciência corporal, alongamentos, técnicas de respiração e relaxamento nas práticas corporais terapêuticas. Nesse cenário, o profissional de Educação Física pode atuar na condução e adaptação dessas práticas, respeitando os limites individuais e promovendo a participação ativa dos usuários. Além disso, sua atuação contribui para o fortalecimento do vínculo entre equipe de saúde e comunidade, favorecendo a adesão às atividades e estimulando a autonomia no cuidado com a própria saúde. Com isso, destaca-se que o trabalho com PICs na APS exige do profissional uma formação ampliada do cuidado em saúde.

2.3 EVIDÊNCIAS CIENTÍFICAS, CRÍTICAS E DESAFIOS PARA A SUA IMPLEMENTAÇÃO

A ciência reconhece os benefícios das PIC's, porém aponta a escassez de pesquisas de alta qualidade, especialmente estudos randomizados controlados realizados no contexto da APS e da saúde mental. Entidades científicas críticas, como a Sociedade Brasileira de Física e o Conselho Federal de Medicina, sinalizam a falta de evidências que atendam aos critérios de rigor da Medicina Baseada em Evidências. Além disso, a integração das PIC's durante a pandemia de COVID-19, recomendada pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS), gerou críticas devido à possível ausência de respaldo em critérios científicos robustos.

Por outro lado, a literatura científica destaca diversos benefícios associados ao uso das PIC's. Estudos realizados no Brasil e no exterior demonstram que essas práticas contribuem para a redução da medicalização excessiva, fortalecem o vínculo entre profissionais e usuários e promovem o bem-estar psicossocial (MATOS et al., 2018; REIS; ESTEVES; GRECO, 2019). Pesquisas recentes apontam que a acupuntura, a meditação e a fitoterapia apresentam resultados significativos no controle da dor crônica, da ansiedade e de doenças crônicas não transmissíveis (WHO, 2023).

Entre os principais desafios relacionados à implementação das PIC's, observa-se que sua inserção ocorre de forma parcial ou precária, caracterizada pela baixa presença institucional e pela atuação fragmentada dos serviços. Soma-se a isso a falta de apoio da gestão e a predominância de hierarquias biomédicas que, muitas vezes, desencorajam os profissionais a utilizarem essas práticas. Também são identificados problemas de infraestrutura, excesso de pacientes e acúmulo de funções pelos trabalhadores da saúde. Outro desafio importante refere-

se à formação profissional insuficiente, uma vez que muitos cursos acadêmicos ainda ignoram as PIC's em seus currículos, além da carência de programas de capacitação continuada. Ademais, o financiamento inconsistente e a oferta descentralizada dificultam a consolidação dessas práticas, que frequentemente carecem de estrutura organizacional clara e de insumos adequados.

Diversos estudos brasileiros têm contribuído para a compreensão das PIC's no contexto do Sistema Único de Saúde. Uma análise bibliométrica da produção científica entre 2006 e 2016 destacou a relevância da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e da revista *Ciência & Saúde Coletiva*, evidenciando a predominância de pesquisas voltadas para fitoterapia, homeopatia e acupuntura (AGUIAR; KANAN; MASIERO, 2022). Os resultados apontaram benefícios relacionados à promoção da saúde mental, ao empoderamento dos usuários e à redução de custos. Uma revisão integrativa identificou 148 estudos nas bases BVS e SciELO, organizados em três categorias principais: implantação das práticas, aplicações e formação de profissionais (SOUSA et al., 2022). Outro mapeamento voltado para a APS e a saúde mental destacou lacunas referentes à efetividade das PIC's nesse campo (MURICY et al., 2022). Um estudo realizado na Região Metropolitana de Goiânia identificou baixa integração institucional, conflitos internos e falta de suporte aos profissionais, mesmo diante da existência de legislações municipais e estaduais favoráveis (REIS; ESTEVES; GRECO, 2019). Em âmbito nacional, verificou-se que a oferta das PIC's na Estratégia Saúde da Família está presente em apenas cerca de 26% dos municípios registrados, havendo divergências entre gestores e profissionais quanto à responsabilidade pela implementação.

3. MÉTODOS

Trata-se de um estudo de caráter qualitativo, fazendo parte do projeto intitulado em “Disseminação e avaliação das estratégias desenvolvidas pela Coordenação Geral de promoção da atividade física e ações intersetoriais do Ministério da Saúde: um estudo da região centro-oeste do Brasil, protocolo: MRGE0.060323 na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. O presente projeto faz parte do projeto guarda-chuva que foi aprovado pelo Comitê de Ética com parecer de número 6.587.166, atrelado à pesquisa “DISSEMINAÇÃO E AVALIAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DESENVOLVIDAS PELA COORDENAÇÃO-GERAL DE PROMOÇÃO DA ATIVIDADE FÍSICA E AÇÕES INTERSETORIAIS DO MINISTÉRIO

DA SAÚDE - PRÁTICA SAÚDE” coordenado por uma pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina. Com isso, originou-se a proposta de iniciação científica de um dos estudantes por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) no ano de 2023. Na ocasião, foi dado o foco no tema relacionado às PIC’s. Os dados foram coletados por meio de questionários online (apêndice), permitindo uma compreensão aprofundada das percepções, experiências e desafios enfrentados pelos profissionais de saúde no uso das PIC’s.

A primeira fase da coleta de dados foi realizada por meio de um questionário eletrônico elaborado no *Google Forms* com a coordenadora geral das PIC’s, contendo questões abertas e fechadas, distribuídas em três eixos principais: (1) perfil e responsabilidades da coordenação das PIC’s; (2) implementação das práticas nas Unidades Básicas de Saúde (UBS); e (3) recursos humanos e capacitação profissional. O instrumento foi direcionado à Referência Estadual das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde de Mato Grosso do Sul, profissional atuante desde 2019 na Secretaria de Estado de Saúde (SES/MS).

A segunda fase da coleta de dados foi feita com os profissionais de Educação Física residentes nas UBS que, atualmente, fazem parte das equipes de NASF dentro das UBS. A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário eletrônico elaborado no *Google Forms* que foi disseminado através do aplicativo WhatsApp. A utilização dessas ferramentas digitais facilitou o alcance dos participantes e proporcionou maior agilidade no processo de aplicação e obtenção dos dados da pesquisa.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados deste estudo demonstram que as PIC’s vêm se consolidando gradualmente na rede pública de saúde de Mato Grosso do Sul, acompanhando um movimento observado em diversas regiões do Brasil desde a institucionalização da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) em 2006. A existência de uma coordenação estadual específica, responsável pela elaboração de instrumentos normativos, monitoramento, capacitação profissional e articulação com os municípios, evidencia um esforço de institucionalização que contribui para a expansão da oferta dessas práticas no estado.

Nesse questionário, foi coletada apenas uma resposta da coordenadora estadual das PICs e os resultados demonstraram a presença das PICs em 61 municípios sul-mato-grossenses demonstra significativa abrangência territorial. Esse resultado é semelhante ao encontrado por Tesser, Sousa e Nascimento (2018), que destacam o crescimento progressivo da oferta dessas práticas na Atenção Primária à Saúde (APS), especialmente após a ampliação das modalidades

reconhecidas pelo Ministério da Saúde. Entretanto, os autores ressaltam que a expansão quantitativa nem sempre é acompanhada por investimentos estruturais e financeiros suficientes para garantir a continuidade das ações, aspecto também identificado no presente estudo.

A diversidade de práticas ofertadas em Mato Grosso do Sul, incluindo acupuntura, auriculoterapia, fitoterapia, meditação, yoga, reiki e arteterapia, reflete a tendência nacional de ampliação das possibilidades terapêuticas dentro do Sistema Único de Saúde (SUS). Segundo Barros, Siegel e Otani (2011), a incorporação dessas práticas representa uma importante estratégia de ampliação do cuidado, favorecendo abordagens mais integrais e centradas nas necessidades dos usuários. Além disso, estudos realizados em Santa Catarina apontam que as PICs contribuem para o fortalecimento do vínculo entre profissionais e comunidade, promovendo maior participação dos usuários nos processos de cuidado e autocuidado.

Outro aspecto relevante observado foi a composição multiprofissional dos trabalhadores envolvidos com as PICs. A participação de profissionais de diferentes áreas da saúde está em consonância com os princípios da integralidade e da interdisciplinaridade preconizados pelo SUS. Barros, Spadacio e Costa (2018) destacam que a atuação multiprofissional favorece a construção de práticas de cuidado mais abrangentes, reduzindo a fragmentação assistencial e ampliando a capacidade de resposta dos serviços às demandas da população.

Os resultados do questionário aplicado aos profissionais de Educação Física das UBS de Campo Grande revelam dados particularmente interessantes. Apesar da experiência média de aproximadamente 15 anos na Atenção Básica, nenhum dos participantes possui especialização formal em PICs, embora todos relatem conhecimento e utilização dessas práticas em seu cotidiano profissional. Esse achado corrobora os resultados encontrados por Ruela et al. (2019), que identificaram a insuficiência da formação acadêmica sobre PICs nos cursos da área da saúde, fazendo com que muitos profissionais adquiram conhecimentos por meio de cursos livres, capacitações pontuais ou experiências práticas.

A predominância de práticas corporais orientais, como dança circular, Lian Gong, Xian Gong e yoga, entre os profissionais participantes também merece destaque. Estudos realizados no Distrito Federal demonstraram que práticas corporais integrativas apresentam elevada aceitação na Atenção Primária por serem de baixo custo, de fácil aplicação coletiva e por promoverem benefícios relacionados à mobilidade, saúde mental e interação social dos usuários. Tais características podem explicar a ampla utilização dessas modalidades nas UBS investigadas.

Em relação ao perfil dos usuários, observou-se maior adesão entre idosos e pessoas com doenças crônicas. Esse resultado é consistente com pesquisas realizadas em Santa Catarina e Minas Gerais, que apontam que indivíduos com condições crônicas tendem a buscar as PICs como estratégia complementar para manejo da dor, redução do estresse, melhora do sono e promoção da qualidade de vida (LOSSO; FREITAS, 2017; VIEIRA et al., 2018). Os benefícios relatados pelos participantes deste estudo — melhora do sono, redução do estresse, alívio de dores e aumento da disposição — também são frequentemente descritos na literatura científica, reforçando o potencial dessas práticas como ferramentas complementares no cuidado integral.

Apesar dos avanços observados, persistem desafios importantes para a consolidação das PICs. A falta de materiais, de espaço físico adequado, de tempo para realização das atividades e de capacitação profissional foram as principais dificuldades apontadas pelos participantes. Esses resultados corroboram estudos realizados em Goiânia, nos quais foram identificadas barreiras relacionadas à insuficiência de apoio institucional, fragilidade da gestão, ausência de infraestrutura adequada e escassez de recursos destinados às PICs (SILVA et al., 2023; BARROS et al., 2020). Da mesma forma, pesquisas nacionais evidenciam que a ausência de financiamento federal específico e de estratégias consistentes de institucionalização continua sendo um dos principais obstáculos para a expansão sustentável dessas práticas no SUS.

Um dado particularmente relevante deste estudo é o fato de que todos os participantes manifestaram interesse em receber novas capacitações. Esse resultado demonstra o reconhecimento da importância das PICs pelos profissionais e evidencia uma demanda concreta por processos de educação permanente. A literatura aponta que a qualificação profissional constitui um dos pilares fundamentais para a consolidação das PICs na Atenção Primária. Conforme afirmam Tesser e Sousa (2012, p. 344), as PICs favorecem uma "ampliação das possibilidades terapêuticas na atenção primária", reforçando a necessidade de profissionais qualificados para sua oferta, o que contribui para aumentar a segurança dos profissionais, qualificar a assistência prestada e fortalecer a institucionalização dessas práticas nos serviços de saúde. Portanto, os resultados encontrados sugerem que Mato Grosso do Sul apresenta avanços significativos na implementação das PICs, especialmente em relação à abrangência territorial, diversidade de modalidades ofertadas e articulação estadual da política. Entretanto, a consolidação dessas práticas ainda depende do fortalecimento da formação profissional, da ampliação dos investimentos financeiros, da melhoria das condições estruturais dos serviços e da produção de pesquisas que avaliem de forma mais robusta seus impactos sobre a saúde da população. Nesse sentido, o presente estudo contribui para a literatura ao evidenciar a realidade

local das PICs na Atenção Primária e ao destacar o papel dos profissionais de Educação Física na disseminação dessas práticas no contexto das UBS de Campo Grande-MS.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho permitiu compreender a relevância que as Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICs) possuem para a promoção da saúde da população e para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS). É notável a contribuição dessas práticas na prevenção de doenças, na redução da medicalização excessiva e na melhoria da qualidade de vida dos usuários, fortalecendo um cuidado integral, humanizado e centrado nas necessidades individuais. Além disso, as PICs representam um importante avanço na diversificação das estratégias terapêuticas ofertadas pelo SUS, ampliando as possibilidades de atenção à saúde dentro da Atenção Primária à Saúde (APS). Os resultados deste estudo evidenciaram que o estado de Mato Grosso do Sul apresenta avanços significativos na implementação das PICs, com presença em grande parte dos municípios e oferta diversificada de práticas como acupuntura, auriculoterapia, fitoterapia, meditação, yoga, reiki e arteterapia. Observou-se ainda que essas práticas vêm contribuindo para benefícios relacionados à melhora do sono, redução do estresse, alívio de dores e aumento da disposição dos usuários, especialmente entre idosos e pessoas com doenças crônicas.

Entretanto, apesar dos benefícios identificados, ainda existem desafios importantes para a consolidação das PICs nos serviços de saúde. Entre eles destacam-se a insuficiência de recursos financeiros, a falta de espaços físicos adequados, a escassez de materiais, a limitada oferta de capacitação profissional e a necessidade de maior apoio institucional para sua implementação. Os dados obtidos junto aos profissionais de Educação Física demonstraram que, embora todos possuam conhecimento e experiência prática com algumas PICs, nenhum dos participantes apresentou formação especializada na área, evidenciando uma lacuna importante na formação acadêmica e na educação permanente em saúde.

Nesse contexto, destaca-se a importância da atuação do profissional de Educação Física na APS, contribuindo para a promoção da saúde e para o fortalecimento das ações desenvolvidas em conjunto com as PICs. Sua participação favorece a adoção de hábitos saudáveis, o estímulo à prática regular de atividades físicas e o desenvolvimento de estratégias que valorizam o bem-estar físico, mental e social dos usuários. Além disso, a condução de

práticas corporais integrativas, como yoga, dança circular e outras atividades de consciência corporal, amplia as possibilidades de cuidado e fortalece o vínculo entre os serviços de saúde e a comunidade.

Outro aspecto relevante identificado foi a importância do trabalho interprofissional na implementação das PICs. A atuação integrada de diferentes profissionais da saúde contribui para uma abordagem mais abrangente e resolutiva, alinhada aos princípios da integralidade e da interdisciplinaridade preconizados pelo SUS. Dessa forma, a articulação entre equipes multiprofissionais, gestores e usuários torna-se fundamental para ampliar o acesso e a efetividade dessas práticas.

Conclui-se, portanto, que a integração entre as PICs, a APS e os diferentes profissionais da saúde representam uma importante ferramenta para a consolidação dos princípios do SUS, promovendo um atendimento mais acolhedor, resolutivo e centrado nas necessidades da população. Apesar dos avanços observados, a consolidação dessas práticas depende do fortalecimento das políticas públicas, da ampliação dos investimentos, da qualificação profissional contínua e da produção de evidências científicas que subsidiem sua expansão e aperfeiçoamento.

Por fim, sugere-se a realização de novos estudos que aprofundem a avaliação da efetividade das PICs nos diferentes contextos da saúde pública brasileira, especialmente na APS, bem como pesquisas que investiguem os impactos dessas práticas na qualidade de vida dos usuários, na redução de custos do sistema de saúde e no fortalecimento das estratégias de promoção da saúde e prevenção de doenças.

6. REFERÊNCIAS

AGUIAR, J.; KANAN, L. A.; MASIERO, A. V. Práticas integrativas e complementares na atenção básica em saúde: um estudo bibliométrico da produção brasileira. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 43, n. 123, p. 1205-1218, 2022.

BARBOSA, Fernanda Elizabeth Sena et al. Oferta de práticas integrativas e complementares em saúde na Estratégia Saúde da Família no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, e00208818, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00208818>

BARROS, Leylaine Christina Nunes de et al. *Práticas Integrativas e Complementares na Atenção Primária à Saúde: percepções dos gestores dos serviços*. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, e20190081, 2020. DOI: 10.1590/2177-9465-EAN-2019-0081

BARROS, Nelson Filice; SPADACIO, Cristiane; COSTA, Marcelo Viana da. Trabalho interprofissional e as práticas integrativas e complementares no contexto da Atenção Primária à Saúde: potências e desafios. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 42, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF):** ferramentas para a gestão e para o trabalho cotidiano. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: PNF PDF.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Básica (PNAB)**. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: PNAB PDF.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS – PNPIC. Portaria nº 971, de 3 de maio de 2006. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS: atitude de ampliação de acesso. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: PNPIC no SUS.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n.º 702, de 21 de março de 2018. Altera a Portaria de Consolidação n.º 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para incluir novas práticas integrativas e complementares no SUS. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 22 mar. 2018. Disponível em: Portaria 702/2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n.º 849, de 27 de março de 2017. Inclui a Arteterapia, Ayurveda, Biodança, Dança Circular, Meditação, Musicoterapia, Naturopatia, Osteopatia, Quiropraxia, Reiki, Shantala, Terapia Comunitária Integrativa e Yoga à Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 28 mar. 2017. Disponível em: Portaria 849/2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n.º 971, de 3 de maio de 2006. Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 4 maio 2006. Disponível em: Ministério da Saúde - PNPIC 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Práticas Integrativas e Complementares (PICS): quais são e onde encontrar no SUS. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2024. Disponível em: Práticas Integrativas e Complementares no SUS.

BRASIL. Ministério da Saúde. Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICs). Brasília: Ministério da Saúde, 2023

LOSSO, Luisa Nuernberg; FREITAS, Sérgio Fernando Torres de. **Avaliação do grau da implantação das práticas integrativas e complementares na Atenção Básica em Santa Catarina, Brasil.** *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 41, n. esp. 3, p. 171-187, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/sdeb/2017.v41nspe3/171-187/>. Acesso em: 26 jun. 2026.

MATOS, P. C. et al. Práticas integrativas complementares na Atenção Primária à Saúde. *Cogitare Enfermagem*, Curitiba, v. 23, n. 2, e54781, 2018. DOI: 10.5380/ce.v23i2.54781.

MURICY, Andrezza Lima et al. Implementação do cuidado em saúde mental com a abordagem das PICS na Atenção Primária. *Revista de APS*, Juiz de Fora, v. 25, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.34019/1809-8363.2022.v25.35392>.

PAULA, Marcos José Silva de *et al.* Práticas integrativas e complementares na atenção básica: Revisão integrativa da literatura. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 9, e42910918204, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i9.18204>.

REIS, B. O.; ESTEVES, L. R.; GRECO, R. M. Avanços e desafios para a implementação das práticas integrativas e complementares no Brasil. *Revista de APS*, v. 21, n. 3, 2019. DOI: 10.34019/1809-8363. 2018.v21.16383.

SILVA, Pedro Henrique Brito da *et al.* *Práticas integrativas e complementares na Atenção Primária à Saúde: percepções dos profissionais sobre a oferta dos serviços na região metropolitana de Goiânia.* **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 33, e33027, 2023. DOI: 10.1590/S0103-7331202333027.

SOUSA, Maria Eduarda Ferreira de *et al.* Práticas Integrativas e Complementares como recurso de saúde mental na Atenção Primária à Saúde: revisão integrativa. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 10, e275111032712, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i10.32712>.

TESSER, Charles Dalcanale; DALLEGRAEVE, Daniela. **Práticas integrativas e complementares e medicalização social: indefinições, riscos e potências na atenção primária à saúde.** *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 9, e00231519, 2020. DOI: 10.1590/0102-311X00231519.

TESSER, Charles Dalcanale; SOUSA, Islândia Maria Carvalho de. **Atenção primária, atenção psicossocial, práticas integrativas e complementares e suas afinidades eletivas.** *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 336-350, 2012. DOI: 10.1590/S0104-12902012000200008.

VIEIRA, Igor Cordeiro; JARDIM, Willian Pedro Correa Andrade; SILVA, Danielle Paula da; et al. **Demanda de atendimento em práticas integrativas e complementares por usuários da atenção básica e fatores associados.** *Revista de APS*, Juiz de Fora, v. 21, n. 3, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/16559>. Acesso em: 26 jun. 2026.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). WHO Traditional Medicine Strategy 2025–2034. Geneva: World Health Organization, 2025.

7. APÊNDICE

8.1 PERFIL E ATUAÇÃO DA COORDENAÇÃO

1. Qual é o seu cargo atual e há quanto tempo está à frente da coordenação das PIC's?

(Objetivo: compreender o tempo de experiência e vínculo com a estratégia.)

2. Quais são as principais responsabilidades da coordenação das PIC's no município?

8.2 IMPLEMENTAÇÃO DAS PIC'S NAS UBS

3. Quais PIC's estão atualmente implantadas nas unidades básicas de saúde do município?

(ex.: auriculoterapia, fitoterapia, reiki, homeopatia, acupuntura, etc.)

4. Quantas UBS oferecem atualmente algum tipo de PIC? Há variação entre regiões?

5. Quais critérios são utilizados para definir quais PIC's serão implementadas em cada unidade?

6. Como é feita a integração entre as PIC's e as outras ações de atenção primária à saúde?

8.3 RECURSOS HUMANOS E CAPACITAÇÃO

7. Quais são os perfis dos profissionais que atuam com PIC's nas UBS?

(formação, categoria profissional, vínculo – efetivo, terceirizado, etc.)

8. Os profissionais das UBS recebem capacitações regulares sobre PIC's? Quem oferta essas capacitações?

9. Há incentivo ou apoio da gestão municipal para a formação continuada dos profissionais em PIC's?

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa:

Práticas Integrativas e Complementares na Atenção Primária à Saúde de Campo Grande - MS

Pesquisador responsável:

João Pedro Alencar Patay – Discente do Curso de Educação Física – Faculdade de Educação (FAED)

E-mail: João.patay@ufms.br

Hygor Augusto Padilha Sampaio – Discente do Curso de Educação Física – Faculdade de Educação (FAED)

E-mail: Hygor.sampaio@ufms.br

Orientadora:

Dra. Edineia Aparecida Gomes Ribeiro - Docente do Curso de Educação Física – Faculdade de Educação (FAED)

E-mail: edineia.ag.ribeiro@ufms.br

Apresentação e Objetivos da Pesquisa

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), a pesquisa que tem como analisar as Práticas Integrativas e Complementares (PICs) oferecidas nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) de Campo Grande - MS. O estudo será realizado por meio de um questionário online.

Procedimentos

Caso aceite participar, você responderá a um questionário semi - estruturado contendo perguntas abertas e fechadas. O preenchimento será realizado de forma online, através de um formulário online, com duração em média de 10 a 15 minutos.

Riscos e desconfortos

Não há riscos significativos associados à sua participação nesta pesquisa. Você pode deixar de responder qualquer pergunta no qual não se sinta confortável.

Benefícios Esperados

Como benefício, espera-se contribuir para o avanço do conhecimento na área de Práticas Integrativas e Complementares, podendo subsidiar futuras capacitações e melhorias nas ações de promoção da saúde.

Garantia de Sigilo e anonimato

Todas as informações fornecidas serão tratadas de forma confidencial. Não serão solicitados dados pessoais que permitam sua identificação, a menos que sejam essenciais e autorizados por você. Os resultados serão apresentados de forma agrupada, sem identificação individual. O acesso aos dados será restrito aos pesquisadores envolvidos no projeto.

Participação voluntária e direito de recusa

Sua participação é totalmente voluntária. Você tem o direito de recusar-se a participar ou desistir a qualquer momento, sem qualquer prejuízo ou penalidade.

Esclarecimentos

Em caso de dúvidas, você poderá entrar em contato com os pesquisadores pelos e-mails informados acima.

Termo de consentimento

Eu, _____, declaro que fui devidamente informado(a) sobre os objetivos, procedimentos, riscos e benefícios da pesquisa “Práticas Integrativas e Complementares na Atenção Primária à Saúde de Campo Grande - MS”, aos cuidados de João Pedro Alencar Patay; Hygor Augusto Padilha Sampaio e Edinéia A. G. Ribeiro. Estou ciente de que minha participação é voluntária e de que posso me retirar a qualquer momento, sem qualquer prejuízo.

Concordo em participar desta pesquisa e autorizo o uso das informações fornecidas para fins exclusivamente acadêmicos e científicos.

Campo Grande (MS), _____ de _____, 2026.

Assinatura do participante: _____

QUESTIONÁRIO “PICS na Atenção Básica: atuação do profissional de Educação Física.”

1. E-mail
2. Declaro que fui devidamente informado(a) sobre os objetivos, procedimentos, riscos e benefícios da pesquisa “Práticas Integrativas e Complementares na Atenção Primária à Saúde de Campo Grande - MS”, aos cuidados de João Pedro Alencar Patay; Hygor Augusto Padilha Sampaio e Edinéia A. G. Ribeiro. Estou ciente de que minha participação é voluntária e de que posso me retirar a qualquer momento, sem qualquer prejuízo. Concordo em participar desta pesquisa e autorizo o uso das informações fornecidas para fins exclusivamente acadêmicos e científicos.
3. Digite a sua idade.
4. Há quanto tempo atua na UBS? *
5. Possui especialização? Se sim, qual? Se não - escreva: Não se aplica
6. Você já ouviu falar em Práticas Integrativas e Complementares (PICS)
7. Você sabe citar alguma PICS? Se sim, escreva alguns nomes. Se não, escreva "desconheço"
8. Você utiliza alguma PICS no seu trabalho na UBS?
9. Se sim, quais delas?
10. Com que frequência você utiliza essas práticas?
11. Com quais públicos você mais utiliza essas práticas?
12. Você acha que as PICS ajudam na saúde dos usuários?
13. Você percebe melhora em quais aspectos?
14. Você se sente preparado(a) para aplicar essas práticas?
15. Você já fez algum curso ou capacitação em PICS?
16. Você encontra dificuldades para aplicar PICS na UBS?
17. Se sim, quais?
18. Você gostaria de receber capacitação em PICS?